



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



ANEXO VII

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI** E A EMPRESA _____.

Contrato nº ____/2017.

Por este instrumento de contrato, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE BIRIGUI**, CNPJ nº 46.151.718/0001-80, situada na Praça James Mellor s/nº, neste ato representada por seu Prefeito, o Sr. **CRISTIANO SALMEIRÃO**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, advogado, RG nº 23.157.523-3 e CPF/MF nº 260.016.228-33, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL/EXTRAJUDICIAL, quando for o caso) _____, CNPJ/MF nº _____, estabelecida na Rua _____, na cidade de _____, CEP: _____, Estado de _____, representada neste ato por seu _____, o Sr. _____, RG nº _____, CPF nº _____, adiante denominada **CONTRATADA**, tornam justo e acordado na presença das duas testemunhas ao final assinadas, o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, DEVIDAMENTE LICENCIADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DIÁRIA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS PERTENCENTES AOS GRUPOS “A” (RESÍDUOS COM A POSSÍVEL PRESENÇA DE AGENTES BIOLÓGICOS), “B” (RESÍDUOS QUÍMICOS) E GRUPO “E” (MATERIAIS PERFURO CORTANTES) PROVENIENTES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS), CENTRO MÉDICO HOSPITALAR, AMBULATÓRIO DA SAÚDE MENTAL, ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DOS ANEXOS I E II., conforme o Anexo I e II, e especificações do Edital, em especial à cláusula 1.1 e seguintes, do Pregão Presencial nº 28/2018.

Cláusula 2ª - DO PREÇO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a entregar o objeto deste contrato com base no preço ofertado, fixo e irrevogável.

2.2 - Dá-se ao presente contrato o valor total de: R\$ _____ (_____).

2.3 - No preço acima estão inclusos todos os custos dos insumos, impostos, transporte e demais obrigações da CONTRATADA até a aceitação final por parte da CONTRATANTE.

Cláusula 3ª - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 – A Contratada deverá ser executado de acordo com o Anexo II – Termo de Referência, com o objetivo de transportar os resíduos com atenção às normas sanitárias, de segurança e ambientais existen-



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



tes, concernentes às atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos Resíduos de Serviços de Saúde.

3.1.1 – A Contratada deverá estar devidamente licenciada pela CETESB, Vigilância Sanitária (SIVISA), conforme portaria CVS nº 01/2017, bem como no CREA-SP.

3.2 – TIPOS DE MATERIAIS A SEREM COLETADOS:

3.2.1 – Os tipos de resíduos a serem coletados, deverão obedecer o critério de classificação “A”, “B”, e “E”, sendo eles:

a) Grupo “A”: Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características de maior virulência ou concentração, podem apresentar risco de infecção

b) Grupo “B”: Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar riscos a saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade

c) Grupo “E”: Materiais perfuro cortantes.

3.3 – SERVIÇOS A SEREM PRESTADOS:

3.3.1 – O serviço de coleta nos locais indicados no Anexo X deverão obedecer o seguinte critério:

a) diariamente no Centro Médico Hospitalar, sito à Praça Gumercindo de Paiva Castro, s/nº, Centro, Birigui-SP;

b) 02 (duas) vezes semanais (terças-feiras e quintas-feiras), nas Unidades Básicas de Saúde – UBS;

c) 02 (duas) vezes semanais (terças-feiras e quintas-feiras), nas Escolas Municipais e Centros de Educação Infantil – CEIs, no período DIURNO.

3.3.1.1 – O armazenamento dos resíduos gerados no Centro Médico Hospitalar e nas Unidades Básicas de Saúde, será em abrigo de resíduos destinadas exclusivamente a este fim, que estarão do lado externo de cada prédio.

3.3.1.2 - As UBSs localizadas em imóveis alugados, não possuem abrigos de resíduos externos, ficando estes armazenados em contêineres dentro da unidade, em local apropriado.

3.3.1.2.1 – No ato da coleta, um servidor procederá com a abertura do abrigo, acompanhando a coleta e pesagem do material.

3.3.1.3 – Nas Unidades Escolares, por ser ínfima a quantidade gerada, o material permanecerá dentro da sala de odontologia, bastando a Contratada solicitar junto ao servidor da Unidade para que o mesmo faça a entrega e acompanhe a pesagem.

3.3.1.3.1 – No caso de uso de contêineres, estes serão específicos para resíduos de serviço de saúde.

3.3.1.4 – Os abrigos se encontram instalados nos prédios de cada Unidade, não gerando custo, todavia, em caso de novos locais que vierem a surgir durante a execução do contrato, as despesas pertencerão à municipalidade.

OBS: Acerca da especificação técnica, os locais obedecerão a RDC 306.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



3.3.2 – A equipe de coleta da Contratada, deverá ser formada por funcionários totalmente treinados e equipados com Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, bem como o veículo a ser utilizado para a execução dos serviços deverá ser novo, licenciado e assegurado de acordo com as normas de trânsito vigentes, e preparado para o transporte de acordo com a Vigilância Sanitária, constando em lugar visível o nome da empresa coletora (endereço e telefone) e a especificação dos resíduos transportáveis, com o número e Prefeitura Municipal de Birigui Estado de São Paulo, CNPJ 46.151.718/0001-80, código estabelecido na NBR 7.500 e NBR 8.286 e Resolução de nº 3.665 de 04/05/2011, apresentando o CIPP – Certificado de Inspeção para Transporte de Produtos Perigosos, e o CIV – Certificado de Inspeção Veicular.

3.3.3 – Os serviços deverão ser iniciados com a presença de um funcionário de cada unidade gestora que acompanhará e fará a aferição das coletas e das pesagens, assinando as planilhas de coleta, em duas vias, que servirá como método de medição dos serviços executados pela Contratada.

3.3.3.1 – A pesagem deverá ser executada no local, com balança apropriada, a ser utilizada somente para este serviço. As embalagens contendo os resíduos serão pesadas por unidade e após a pesagem totalizada, contendo todas as coletas e feita a anotação dos dias.

3.3.4 – Os resíduos deverão ser transportados em veículo de propriedade da Contratada, que seguirão diretamente à destinação final e recebendo o tratamento específico determinado pelos técnicos responsáveis pela plataforma de tratamento de resíduos de saúde.

3.3.4.1 – É de total responsabilidade da Contratada do certame, a coleta dos resíduos coletados e armazenados nos veículos, quanto ao tratamento específico dos mesmos.

3.3.4.2 – Os veículos da contratada deverão conter balança apropriada de carga e aferida pelo INMETRO, para os quais deverão ser emitidos tickets de pesagem em duas vias sobre o material coletado no dia e apresentados acompanhado de Nota Fiscal.

3.3.4.3 – Fica proibido a utilização de outro tipo de balança para as pesagens dos resíduos.

3.3.5 – O local de destinação dos resíduos coletados é de responsabilidade da Contratada, podendo o Município determinar, uma vez que variará de acordo com o local em que a contratada possui licença com o órgão ambiental para realizar a destinação.

3.3.6 – Os métodos de tratamento deverão seguir conforme Resolução RDC nº 306 de 07 de dezembro de 2004 e Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005, considerando para cada tipo de resíduo o seu tratamento específico, de inteira responsabilidade da empresa Contratada.

3.3.6.1 – A forma entre incineração, esterilização, autoclavagem, e/ou micro-ondas, deverão seguir de acordo com a normatização estabelecida, cabendo à empresa contratada observar a forma correta nos termos das legislações citadas.

3.3.6.2 – Os locais de tratamento, assim como informado na cláusula 3.3.5, é de responsabilidade da Contratada, que deverá possuir licença para execução destes serviços.

3.4 – As despesas com a execução do objeto serão por conta da empresa Contratada.

3.5 – A contratada será responsável por acompanhar o número de fac-símile ou o endereço de correio eletrônico por ela indicado, não podendo alegar extravio da Ordem de Serviço recebida.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



Cláusula 4ª - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO SERVIÇO

4.1 - Serão rejeitados os serviços prestados com especificações diferentes das constantes neste Edital e anexos, devendo corrigir na forma e prazos definidos no item 19.2 abaixo.

4.2 - Constatadas irregularidades no serviço prestado, a Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-los no todo ou em parte, determinando nova execução nos moldes do edital ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com o objeto do Edital, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

Cláusula 5ª – DA GESTÃO

5.1 – Em atenção ao art. 67, da Lei Federal nº 8666/93, ficam definidos como gestores do presente Contrato os Senhores _____, lotados na _____, ou outros que venham a substituí-los para fiscalizar e acompanhar a entrega do objeto contratual.

Cláusula 6ª - DOS DOCUMENTOS DE COBRANÇA

6.1 - A CONTRATADA fornecerá o objeto do presente, juntamente com os documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto e número do empenho de acordo com a Ordem de Serviço (OS), além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

6.2 - Os documentos fiscais emitidos em desacordo com este contrato e a legislação vigente serão devolvidos à CONTRATADA, que se obriga a substituí-los na forma exigida.

6.3 - Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

Cláusula 7ª - DO PAGAMENTO

7.1 – O pagamento será realizado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, mediante apresentação dos documentos fiscais e de cobrança, onde deverá constar: descrição do objeto, número do respectivo empenho de acordo com a Ordem de Serviço, além dos dados bancários, tudo sem quaisquer rasuras ou emendas.

7.1.1 - Os dados bancários informados nas Notas Fiscais, deverão pertencer à mesma Razão Social e número de CNPJ da licitante vencedora.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



7.1.2 - Não será iniciada a contagem de prazo, caso os documentos fiscais apresentados ou outros necessários à contratação contenham incorreções.

7.2 - Não será admitida proposta com condição de pagamento diferente daquela definida no item anterior.

7.3 - A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados nas modalidades "ordem de pagamento bancária", devendo a contratada indicar o número de sua conta corrente, agência e banco correspondente.

7.4 - Os documentos fiscais emitidos em desacordo com a legislação vigente serão devolvidos a proponente vencedora, que obrigará-se a substituí-los na forma exigida.

7.5 - A cada recebimento de valor, a futura contratada deverá fornecer ao Departamento de Contabilidade da Prefeitura, provas de regularidade com a Seguridade Social, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e com a Justiça do Trabalho.

7.6 - No caso de Contratada em situação de recuperação judicial, deverá apresentar declaração, relatório ou documento equivalente de seu administrador judicial, ou se o administrador judicial for pessoa jurídica, do profissional responsável pela condução do processo, de que está cumprindo o plano de recuperação judicial.

7.7 - No caso de Contratada em situação de recuperação extrajudicial, junto com os demais comprovantes, deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo com as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

7.8 - A não apresentação das comprovações de que tratam os subitens nº 7.6 e 7.7 asseguram ao Contratante o direito de sustar o pagamento respectivo e / ou pagamentos seguintes.

Cláusula 8ª - DOS RECURSOS

8.1 - Todos os custos deste contrato, para esta contratação correrão por conta das dotações:

nº 02.10.01 – 10.301.0042.2.103/43.3.90.39.00 – Ficha nº 376 – Secretaria de Saúde – Recursos Próprios.

Cláusula 9ª - DAS PENALIDADES E MULTA

9.1 - As licitantes e contratadas que descumprirem obrigações assumidas em virtude do edital e do (s) contrato (s) que dele se originar (em) estarão sujeitas às sanções e procedimentos previstos nos arts. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como as previstas na Lei nº 12.846/2013 e regulamentados no Decreto Municipal nº 5.385/2.015, cujo teor se encontra disponível no sítio virtual <www.birigui.sp.gov.br>, menu "Legislação", bem como nos Anexos do Edital.

Cláusula 10ª - DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1- A CONTRATANTE poderá rescindir unilateralmente o contrato, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial nas seguintes hipóteses:-

10.1.1 - não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



10.1.2 - lentidão no fornecimento, levando a Administração a comprovar o não fornecimento nos prazos estipulados;

10.1.3 - paralisação do fornecimento sem justa causa e prévia comunicação;

10.1.4 - subcontratação total ou parcial, associação, cessão ou transferência total ou parcial das obrigações da **CONTRATADA** a terceiros;

10.1.5 - decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da **CONTRATADA**;

10.1.6 - ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada impeditiva da execução do contrato;

10.1.7 - alteração ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

10.1.8 - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATANTE** e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

10.2 - No caso de a **CONTRATADA** estar em situação de recuperação judicial, a convalidação em falência ensejará a imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

10.3 - No caso de a **CONTRATADA** estar em situação de recuperação extrajudicial, o descumprimento do plano de recuperação ensejará a imediata rescisão do Contrato, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais.

Cláusula 11ª – DIVERSOS

11.1 - Correrá por conta da Contratada todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, conforme dispositivo do Art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2 – A **CONTRATADA** em situação de recuperação judicial/extrajudicial deverá comprovar o cumprimento das obrigações do plano de recuperação judicial/extrajudicial sempre que solicitada pelos gestores e, ainda, na hipótese de substituição ou impedimento do administrador judicial, comunicá-lhes tal fato, imediatamente, por escrito.

11.3 - A **CONTRATADA** é obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula 12ª - DO AMPARO LEGAL

12.1 - O presente Contrato é regido pelas disposições contidas na Lei Federal nº 10520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 4.186, de 14 de junho de 2007 aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, atualizada, e demais normas regulamentares aplicáveis a espécie, bem como, as disposições contidas no Procedimento Licitatório instaurado na modalidade de *PREGÃO PRESENCIAL*, registrado sob nº 28/2018, seus Anexos e Pro-



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



posta Comercial ofertada, tudo fazendo parte integrante do presente instrumento contratual, como se no mesmo transcritos fossem.

Cláusula 13ª – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1 - A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses a contar da data da sua publicação resumida na Imprensa Oficial.

Cláusula 14ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 – A licitante vencedora deverá fornecer todos os equipamentos destinados para a execução dos serviços.

14.2 – Disponibilizar para a Administração, quando solicitado, documentos comprobatórios de tratamento e destinação final de RSS, com assinatura do responsável técnico.

14.3 – O tratamento e a disposição final dos RSS devem estar de acordo com o respectivo Certificado de Aprovação para Destinação de Resíduos Industriais (CADRI).

14.4 – Os prestadores de serviços de destinação de RSS (coleta, transporte, tratamento e disposição final) devem manter à disposição da autoridade sanitária os seguintes documentos: PPRA, PCMSO, Registro de Acidentes e Incidentes, Manuais de Procedimento Operacionais, de Rotinas e de Procedimentos de Emergência.

14.5 – A qualquer momento, quando solicitado, a empresa deverá permitir que uma equipe de vigilância sanitária municipal faça o acompanhamento e verificação dos serviços prestados, desde a coleta até a destinação final do RSS.

14.6 – A empresa deverá atender, quando solicitado, quaisquer outras exigências da vigilância sanitária municipal, que visem a garantia de que os serviços prestados estão sendo realizados de acordo com as normas legais vigentes.

Cláusula 15ª – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1 – A Prefeitura Municipal exercerá a fiscalização, assegurado o direito de exigir o cumprimento integral da execução dos serviços, conforme Anexos I e II, acordadas neste Edital e também das normas técnicas de execução do serviço, observando em atenção os itens da cláusula 14ª.

Cláusula 16ª - DO FORO

16.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Birigui, para solução de qualquer pendência que surgir na execução deste contrato ou na sua inadimplência, com exclusão de outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 - E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que surta os efeitos legais e de direito.

16.3 - Prefeitura de Birigui, aos ____ de _____ de dois mil e dezessete.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80



CRISTIANO SALMEIRÃO
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

GILMAR TRECCO CAVACA
SECRETÁRIO DE SAÚDE

= T E S T E M U N H A S =

1- _____
NOME:
RG:

e

2- _____
NOME:
RG: